

Estágio supervisionado no curso de pedagogia: relato de experiência na Associação dos Pais e Mestres dos Excepcionais na cidade de Altamira-PA (APAE)

João Kleber Silva da Silva(1); Priscilla Bellard Mendes de Souza(2)

(1) *Graduando em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará-Campus de Altamira-joaokleber@bol.com.br*; (2) *Prof^a Dra. em Teoria e Pesquisa do Comportamento Humano PPGTPC-UFGA pela Universidade Federal do Pará-Campus de Altamira-pribellard@gmail.com*

Resumo: O presente manuscrito discute as relações do estágio supervisionado na instituição APAE e sua importância na formação de educadores no curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará- *Campus* de Altamira-PA, apresentando uma abordagem histórica sobre a APAE no Estado do Pará e na cidade de Altamira. O estágio foi realizado no mês de julho de 2017 com duração de oito dias no turno da tarde, entre observação das atividades realizadas pelos educadores na instituição, observação das condições de infraestrutura e concluindo com planejamento e organização de dinâmicas para intervenção pedagógica aos alunos da APAE. Os objetivos para a discussão teórica do artigo passaram por: Identificar como se desenvolve o trabalho na instituição com ênfase nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos educadores, além de contribuição dessas ações para a preparação dos acadêmicos em processo de formação da Universidade Federal do Pará. O trabalho analisou as principais contribuições das atividades pedagógicas no desenvolvimento cognitivo dos educandos atendidos na APAE, promovendo de forma simples suas ações com pessoas com deficiência. Ao final do estágio os materiais confeccionados para as dinâmicas de intervenção pedagógica foram doados a instituição. Concluímos que o estágio propiciou uma relevante contribuição para a formação acadêmica e principalmente cidadã na luta pelo acesso, respeito e participação das pessoas com deficiência na sociedade Altamirense.

Palavras-Chaves: Estágio Supervisionado, Formação de Educadores, APAE.

Introdução

A educação especial na cidade de Altamira nos últimos anos recebeu incentivos municipais quanto à ampliação no material didático, espaço físico, e corpo pedagógico nas escolas públicas. Até o mês de julho do corrente ano (2017) foram gastos nos Programas ações e projetos no item de Pagamentos orçamentários o valor de R\$ 60.530,00 direcionado ao desenvolvimento da educação especial pela prefeitura municipal de Altamira, e de acordo com lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e de políticas de inclusão. Este manuscrito buscou despertar o interesse da comunidade em geral para o trabalho desenvolvido na Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais (APAE) para com os alunos com deficiência, mesmo diante dos desafios a serem superados no cotidiano da instituição para se efetivar uma educação com excelência, buscando-se as estratégias criadas pelos educadores decorrentes a diversidade de deficiências que são atendidos todos os dias.

A APAE atende cerca de 230 de crianças e jovens nos períodos de manhã e da tarde. Na contramão deste investimento a APAE na cidade de Altamira ficou sem auxílio, e em dificuldades grande parte de suas atividades, tendo convênios com o governo do Estado por exemplo extintos.

As atividades no estágio supervisionado foram desenvolvidas no período do mês de junho/julho com observação do espaço da instituição desde a infraestrutura até os aspectos pedagógicos dos educadores.

O aluno é atendido em contra turno das aulas na escola regular pública, os espaços que tem na instituição são: sala de fisioterapia, sala de informática, sala de atividades, entre outros espaços que tem por finalidade desenvolver os aspectos cognitivos e sociais dos alunos com deficiência. Colaborando com o objetivo da Instituição é interessante observar o que diz o Sousa e Azevedo (2008, p.12). “Oportunizar a prática do ensino/aprendizagem é pensar na necessidade do educando e o valor que a sociedade verá nessa atitude de valorização, numa educação inclusiva”.

As atividades desenvolvidas estão intimamente voltadas à rotina da família e do aluno atendido priorizando sua forma de expressar-se sejam por meio da língua de sinais, pela pintura, frases nos papeis distribuídos nas atividades na sala de aula ou nos jogos eletrônicos no computador na sala de informática. Para Alencar e Auda (2013), analisando o posicionamento de Vygotsky (1984), o indivíduo por meio da linguagem estabelece a mediação com mundo condicionando o seu desenvolvimento cognitivo e ligado à própria história de vida.

Metodologia

Este manuscrito abordou as atividades da APAE durante o estágio supervisionado de uma turma de pedagogia da Universidade Federal do Pará na cidade de Altamira-PA, vislumbrando-se seus desafios e oportunidades por uma educação de qualidade. O manuscrito apresenta as primeiras iniciativas em prol da pessoa com deficiência no Estado do Pará e os objetivos da APAE desde sua missão e início das atividades no Pará e em especial na cidade de Altamira. A intenção deste estudo foi aprender as propostas de metodologias elaboradas pelos docentes da instituição divulgando as ações da APAE e sua importante contribuição no trabalho com os educandos com deficiência.

A partir da questão de investigação desse estudo, o principal objetivo foi identificar como está sendo desenvolvido o trabalho na APAE, analisando-se o corpo docente e suas atividades. Especificamente buscou-se:

- Analisar as principais contribuições das atividades pedagógicas no desenvolvimento cognitivo dos educandos atendidos na APAE.

- Divulgar as ações da APAE e sua importante contribuição no trabalho com os educandos com deficiência.

Justifica-se a pertinência da investigação, devido à urgência da atenção de todas as esferas do poder público e sociedade civil em geral com a educação especial em Altamira e região, principalmente no trabalho desenvolvido pela APAE. Dessa forma, trazer à tona essa discussão pode contribuir para discussões nas universidades, apresentando novas propostas pedagógicas.

Resultados e discussões

1 A educação especial no Pará: aspectos legais e o início da APAE no estado

A pesquisa de Benjamin (2013, p.85) apresenta uma abordagem histórica no Estado do Pará, e início das atividades que se caracterizaram na primeira metade da década de 50 com a criação da escola de cegos do Pará com a resolução decreto lei nº 1.300/53, iniciando o atendimento em 1955. Após dez anos em 1965 foram incluídos os alunos surdos após a criação da escola professor Astério de Campos por meio da resolução nº 3583/65, onde as duas escolas passam a ser institutos.

A educação especial no Pará passou em 1956 a ser desenvolvida em instituto filantrópico e de origem privada com a fundação Pestalozzi, e após algum tempo surgiu o núcleo da Associação de Pais e Amigos do Excepcionais-APAE no ano de 1962 (BENJAMIN, 2013).

Outras atividades no Estado em prol da educação especial foram se desenvolvendo e principalmente propiciando as pessoas com deficiência o direito de atendimento e acesso à educação, e mercado de trabalho. Uma dessas iniciativas foi a criação do programa de formação para o trabalho para a pessoa com deficiência pela resolução nº 305/93 do Conselho Estadual de Educação que em sua essência deve “[...] assegurar a terminalidade do processo educacional para deficientes intelectuais, através de treinamento e colocação profissional” (BENJAMIN, 2013, p.86).

Ainda situando a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade paraense, na pesquisa de Benjamin (2013) apresenta-se uma entrevista com a coordenadora do Instituto Yolanda Martins que relatou as atividades desta instituição e suas parceiras com o governo federal e do Estado. Sobre essa perspectiva, a coordenadora lembrou de um curso de informática com a participação de 58 alunos por meio do recurso do Benefício Prestação Contínua-BPC.

Outra cidade com relevância histórica na educação especial é a cidade de Barcarena que foi criada no início o Centro de oficinas pedagógicas Santa Joana em 1994 e um núcleo da APAE em 1989 (BENJAMIN, 2013). A APAE em Barcarena inclui em seu programa, segundo Benjamin

(2013) inclui que os aprendizes inseridos na profissionalização, participem de Programas de Habilidades Educacionais Básicas e Programas de Habilidades Educacionais Alternativas, nos turnos da manhã e da tarde.

No ano de 2005, segundo Araújo (2010) os aspectos legais a resolução de nº 400 do Conselho Estadual de Educação do Pará estabelecem parâmetros para o atendimento aos educandos com necessidades especiais em relação a política da educação inclusiva, acrescentando que a resolução foi substituída pelo texto de nº 1 do próprio conselho. Na argumentação da pesquisadora sobre a perspectiva da educação especial “Romper com essas representações e estruturas historicamente construídas na sociedade e na escola resultaria em avanços significativos para minimizar ou extirpar fatores que excluem no âmbito das culturas e das práticas educativas nos sistemas educacionais” (ARAÚJO, 2013, p. 55).

Outros eventos na educação especial podem ser destacados, pontuando-se a Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA realizada em 2009 na cidade de Belém-PA (ARAÚJO, 2013), semelhante aos já mencionados pela pesquisadora Benjamin (2013) objetivam a inserção do educando na escola. Adverte ainda a pesquisadora que “continuam os desafios no que se refere à inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais; à superação do analfabetismo; à universalização do atendimento escolar; à melhoria na qualidade do ensino; à formação para o trabalho; à promoção humanística, científica e tecnológica do país; determinados pela Constituição Federal em seu Artigo 214 [...]” (ARAÚJO, 2013, p.62).

Encerrando este processo histórico, após alguns eventos promovidos pela defensoria pública e análise da conduta das empresas situadas na região para promoção de acesso ao mercado de trabalho foi constatado o descumprimento das leis nº 8213/91 e 7853/89 que dizem respeito às cota de vagas para os alunos com deficiência, assim a formação e acesso ao mercado de trabalho ficaram ociosas e precarizadas até que em 2009 o atendimento passou para as mãos da APAE (BENJAMIN, 2013).

2 A educação especial em Altamira-PA: APAE um resgate histórico

Para entender a função social da APAE em Altamira/PA, Santos (2012, p.22) apud Bernardes (2014) salienta sobre a sua finalidade “ O terceiro setor se faz por associação entre o poder público e o mercado [...] buscar a garantia entre os direitos sociais básicos e o combate a exclusão social”.

O atendimento a pessoa com deficiência pelas entidades não governamentais em Altamira, iniciou com a Associação dos Portadores de Deficiência da Transamazônica – APDT no dia 13 de



março de 1994, já em 2006 após a primeira Conferência dos Direitos das Pessoas com Deficiência, seu nome foi alterado para Associação das Pessoas com Deficiência da Transamazônica (ARAÚJO, 2013).

A APAE em Altamira surgiu em 1994 com atendimento integral as pessoas com deficiência em toda região da Transamazônica e Xingu. Os municípios que estão sendo beneficiários da instituição são: Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu e outros estados. As atividades desenvolvidas na instituição são: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Odontologia, Hidroginástica e recreação (JORNAL DA CONSTRUÇÃO, 2016).

O atendimento integral a pessoa com deficiência no município por meio da criação do núcleo da APAE gerou intensa atividades dos movimentos sociais em prol da pessoa com deficiência na busca pela garantia de acesso a uma educação de qualidade e de direitos fundamentais a vida da pessoa com deficiência. Uma dessas entidades é o Centro de Apoio e Promoção de Acessibilidade e Inclusão Social – CAPAIS que surgiu em 2006 e hoje tem o nome de Instituto Cultural Educacional e Profissionalizante dos Surdos de Altamira-ICEPSA, para tanto, a entidade tem como sua missão principal: Trabalhar em parceria com instituições governamentais, não governamentais e a sociedade, apoiando e promovendo ações que proporcionem acessibilidade e inclusão (ARAÚJO, 2013).

Considerando a Fragilidade de capacitação de recursos para a manutenção dos serviços, os eventos promovidos pela instituição tais como o forró Apaixonado ganha visibilidade da sociedade no intuito de sensibilizar empresários da região e da própria sociedade. Tratando sobre essas dificuldades das instituições Bernardes (2014, p.24) diz que “apesar da grande visibilidade das instituições do terceiro setor, elas vem enfrentando problemas, como o de carência sustentável de recursos, devido a não visarem lucros” (OAB, 2011).

A realidade das instituições sem fins lucrativos como é o caso da APAE e do CAPAIS em Altamira, é uma situação que necessita de atenção da sociedade civil para que tomem consciência da importância de sua continuidade no município e de desenvolvimento das pessoas com deficiência, que necessitam de um amplo e consistente atendimento especializado.

3 O estágio supervisionado: Anotações para uma vida inteira

O estágio é uma das exigências da lei de diretrizes e bases da educação nacional-LDB, sendo necessária aos cursos de licenciatura o contato com o campo de trabalho e os desafios da



profissão no caminho da escolha profissional e sua satisfação” (SILVA, 2016, p. 2 apud AGOSTINI, 2008, p. 4).

As observações foram feitas no período da tarde durante oito dias no espaço da APAE onde ocorreu o estágio. Constatou-se em um primeiro olhar que a APAE estava com três salas em reforma, em fase de conclusão. Sobre as condições da infraestrutura do prédio é importante relatar a falta de climatização na área externa das salas de aula, ou seja, no pátio da instituição, que se configura como um “galpão”.

O estágio foi desenvolvido em dois momentos, no primeiro dia houve uma observação preliminar das salas e dos espaços da instituição e no segundo dia até a conclusão do estágio participamos das atividades diárias que os educadores preparam para os alunos da instituição. Uma experiência muito recompensadora foi à atenção e o carinho dos alunos da APAE sempre abraçando e sorrindo, realizando as atividades de pintura e desenho.

Entendemos que o uso da pintura e do desenho ressalta as qualidades e as personalidades dos alunos com deficiência promovendo seu desenvolvimento cognitivo. É nesse sentido que o estagio pode subsidiar novas ações metodologias por meio da confecção de materiais de imagens, sons e utilização de brinquedos lúdicos e em espaço agradável.

Outro ponto do estágio importante a ser ressaltado foi a presença da família acompanhando de perto as atividades desenvolvidas pelos educadores, embora não sendo a maioria dos familiares na instituição, e por pouco tempo, mas observamos a contribuição desse momento na tranquilidade e a dedicação para a pessoa com deficiência. Do ponto de vista da Federação Nacional das APAES-FENAPAES (2011, p.18) citando (ZARANZA, 2008) “a família neste contexto diante das dificuldades vivenciadas por um filho pode mobilizar todos os membros da família, requerendo desse sistema flexibilidade e capacidade de se reestruturar para continuar atendendo às suas necessidades”.

A intervenção realizada durante o estágio pela turma de pedagogia 2014 noturno foi preparada como sugestão da instituição e da professora orientadora da disciplina. Assim foi organizada uma gincana de encerramento do semestre. Este momento ocorreu durante o turno da manhã nas salas de atividades e no pátio da escola com atividades como: pescaria, maquiagem, boliche e contação de histórias envolvendo a formulação dos brinquedos e experiência da docência para os alunos. Os materiais confeccionados pela turma foram doados para a instituição como retribuição a atenção em relação ao estágio supervisionado. O objetivo principal desta atividade foi

proporcionar a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos através de atividades de ludicidade, promovendo inclusive a participação familiar.

Aliando essa experiência, a culminância do evento foi à participação do grupo de folclórico da região apresentando-se através de danças folclóricas da região, em uma ampla interação com os alunos com deficiência. Este momento configurou-se como o ponto mais emocionante que presenciamos, observando a união, a interação e interesse de todos em participar, movidos por um sentimento de partilha, espontaneidade e naturalidade.

O direito a inserção a sociedade e a educação de qualidade advêm de mais momentos de participação e políticas de inclusão e principalmente a visão de um ser ativo e consciente de sua autoadvocacia, no que se propõe a discutir esse aspecto a Federação Nacional das APAES (2009, p.21)

No trabalho de autoadvocacia, as pessoas com deficiência intelectual conseguem ganhar aquilo que mais necessitam: o respeito como seres humanos. Longe do assistencialismo, do paternalismo, da infantilização, essas pessoas querem ser vistas como adultos que podem (e devem) defender seus direitos e ter seus deveres no dia a dia como qualquer outra pessoa.

A formação de educadores mais comprometidos com a educação especial na APAE da cidade de Altamira passa por essa experiência onde se convive com múltiplas deficiências no mesmo espaço: Síndrome de Down, deficiência intelectual, Paralisia Cerebral, deficiência múltipla, deficiência visual, entre outras deficiências, propondo-se a criar uma metodologia adequada a cada necessidade, percebendo-se a necessidade de formação continuada aos futuros educadores que vivenciam o estágio nesta especialidade educacional.

Conclusão

Ampliar o acesso a formação e informação da educação especial da APAE na cidade de Altamira é estimular o exercício da cidadania e da solidariedade, da criatividade e do amor ao próximo sem distinção de quaisquer índoles ou deficiências.

O Estágio na APAE na cidade de Altamira oportuniza a formação de um olhar mais comprometido com a educação especial, levando-se a construir este manuscrito como forma de divulgar sua relevância no trabalho com as múltiplas deficiências no contexto da sala de aula. Viver esta experiência não somente no estágio supervisionado, mas durante a vida em sociedade é um aprendizado para todos da turma de pedagogia.

O trabalho desenvolvido nesta disciplina foi possível pela dedicação desses educadores em acolher os estudantes de graduação, cada sorriso e alegria prestados a nós em processo de formação

fortalecendo na perspectiva de sermos educadores com mais amor à profissão que estaremos no futuro.

Referências

ALENCAR, Gizeli Aparecida Ribeiro de; AUADA, Viviane Gislaíne Caetano. **Costurando Saberes: Letramento e Deficiência Intelectual**. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT16-2013/AT16-011.pdf>>. Acesso em 31 de julho de 2017.

ARAÚJO, Monica Dias de. **Tessituras da Inclusão na Educação de Jovens e Adultos no município de Altamira – Pará**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013. 212 páginas. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17862706-Tessituras-da-inclusao-na-educacao-de-jovens-e-adultos-no-municipio-de-altamira-para.html>>. Acesso em 31 de julho de 2017.

BENJAMIN, Janete. **Inclusão no trabalho de pessoas com deficiência: um estudo da APAE de Barcarena-PA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. 129 páginas. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4191/1/Dissertacao_InclusaoTrabalhoPessoas.pdf>. Acesso em 31 de julho de 2017.

BERNARDES, Anna Lú Teodoro. **Estratégias de captação de recursos das entidades filantrópicas APAE nas cidades I, II, e III do MS**. Disponível em: <<https://dspace.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/123456789/559/1/ANNABERNARDES.pdf>>. Acesso em 31 de julho de 2017.

Blog Jornal da Construção Civil. **APAE Altamira ganha nova sede da Norte Energia**. Disponível em: <<http://jornaldaconstrucaocivil.com.br/2016/08/21/apae-altamira-ganha-nova-sede-da-norte-energia/>>. Acesso em 31 de julho de 2017.

Federação Nacional das Apaes. **A família no contexto da deficiência: estrutura e dinâmica**. Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/fl/normal/5155-a_familia_no_contexto.pdf>. Acesso em 31 de julho de 2017.

_____. **Autogestão e autodefensoria: conquistando autonomia e participação**. Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/fl/normal/5144-livro_autodefensoria_final.pdf>. Acesso em 31 de julho de 2017.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

Portal Vale do Xingu. **APAE realiza Primeiro Encontro de Síndrome de Down.** Disponível em:

<http://www.valedoxingu.com.br/noticias/altamira/apae_realiza_primeiro_encontro_de_sindrome_de_down>. Acesso em 31 de julho de 2017.

Prefeitura Municipal de Altamira. **Programas, ações e projetos - exercício julho de 2017.**

Disponível em: <<http://altamira.pa.gov.br/site/governo-transparente-prefeitura-municipal-de-altamira-pa/>>. Acesso em 31 de julho de 2017.

SILVA, Luana Vinuto; SOBREIRA, Alana Cecília de Menezes; SILVA, Karla Jayane de Freitas da; SILVA, Mairla Oliveira; MARTINS, Maria Márcia Melo de Castro. **O estágio supervisionado como espaço de reflexão e construção da prática docente em ciências.** Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA4_ID_3716_09082016212753.pdf>. Acesso em 31 de julho de 2017.

SOUZA, Mari Andrade de; AZEVEDO, Hilton José Silva de. **Informática e Educação especial: desafio e Possibilidade Tecnológica.** Material Didático-Caderno Pedagógico.

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/418-2.pdf>>. Acesso em 31 de julho de 2017.